

■ Para fazer copesquisa: os lugares da luta de classe³³

.....Coletivo Universidade Nômade (Itália)

1) É aqui e agora, na crise, que se reabre um campo da pesquisa militante sobre o capitalismo e a subjetividade antagonista. No capitalismo cognitivo, financeirizado e globalizado, o conflito se dá no terreno heterogêneo da expropriação do *comum*. Ocorre antes sobre o território do que no interior das empresas. Os limites constatados nas lutas de 2011 (em termos de efetividade) colocaram na ordem do dia um excedente de conhecimento “situado”, quanto aos modos em que ocorrem, — e como se transformam na crise, — a produção e a captura da riqueza social. Dessa maneira, foram expostos possíveis pontos de ruptura aos dispositivos de expropriação. Queremos analisar como “trabalha o capital” e como se trabalha contra ele, a partir dos reservatórios (as empresas) onde se condensa e é extraído o valor.

O discurso sobre a empresa elaborado pela esquerda partidária e o sindicato parece prender-se, por um lado, à crítica ao excesso de lucros financeiros em relação à dita “produção real”. De outro lado, se dirige aos pactos neoliberais e neocorporativos. Sob o ponto de vista do trabalho, o discurso oscila entre a acrítica “defesa da ocupação produtiva” (por exemplo, o emprego) e a reivindicação por uma melhor regulamentação das relações de trabalho, contestando a excessiva “flexibilidade”, a fim de mitigar o impacto das demissões e do desemprego (dito isto, não temos a intenção de menosprezar a resistência dos trabalhadores formais). Ora, é inegável que a dupla chantagem ao trabalhador, — seja a dissolução do regime formal de trabalho, seja a situação de precariedade, — é aspecto crucial para compreender como o “trabalho” hoje é constrangido a procurar o “capital”. Essa visão de parcela da esquerda, — além de limitada politicamente à reclamação moral em nome de inexistentes forças progressivas, — nos parece insuficiente, porque funcional ao modelo da própria crise. A atual crise ambiciona nada menos do que a restauração de um capitalismo mais antigo, baseado no nexa entre lucro e produção da riqueza social (o dito “capital produtivo”), que outrora sustentava o capitalismo industrial tradicional. Esse nexa já foi desestruturado

33 Texto disponível em: <http://uninomade.org/i-luoghi-della-lotta-di-classe-per-fare-conricerca/>. Traduzido do italiano por Bruno Cava.

pelas revoltas operárias, das mulheres e das novas gerações, disparadas nos anos 1960, por grupos que não estavam mais dispostos a reproduzir a divisão social e de gênero no trabalho, uma divisão na base do modelo fordista de produção capitalista.

Agora, é necessário atentar para as novas coordenadas metropolitanas do antagonismo, no paradigma do trabalho cognitivo. É preciso atentar para o excedente estrutural de produção no capitalismo cognitivo, em relação aos lugares tradicionais. Não se trata de negar a permanência de formas, antigas ou novas, de exploração (inclusive no âmbito do trabalho intelectual), nem de fazer uma distinção esquemática entre trabalho industrial fordista e pós-fordista. Trata-se, na realidade, de levar ao centro do discurso menos o fato (certo) da subordinação, do que a *potência do trabalho vivo cooperativo* no novo capitalismo, tanto dentro quanto fora da empresa. Trata-se de uma potência atrelada ao acúmulo de qualidades inalienáveis do trabalho (o saber, a experiência, a habilidade, a afetividade, a capacidade de cooperar, comunicar, imaginar). No capitalismo contemporâneo, convivem e se alimentam reciprocamente, — o que se dá com atritos e “conflitos internos”, — formas de acumulação financeira, cognitiva e industriais (e também proto-industriais). Essas formas devem ser pesquisadas conjuntamente, na sua co-presença, inclusive nas articulações hierárquicas entre si ou internas. Faz-se necessário afirmar a co-presença dessas formas sem deixar de considerar as relações de poder que lhes atravessam. Isto não implica, com efeito, renunciar a localizar os pontos de crise e os centros de comando do capital, que podem ser tudo menos diluídos num (inexistente) capitalismo “líquido e horizontal”.

Nisto consiste a atualidade da pesquisa sobre as formas de produção/valorização e a subjetividade do trabalho vivo. Para nós, a empresa não pode ser pensada como baluarte contra a financeirização da economia, e tampouco, por outro lado, exclusivamente como forma convencional de organização e subordinação do trabalho. A empresa, no novo capitalismo, é antes de tudo uma forma ambivalente de *geração* e de *corrupção do comum*, — para citar *Commonwealth*. O ponto nos parece relevante: para muitas pessoas, as empresas consistem num local onde podem cooperar com outras e participar de projetos coletivos, escapando de uma situação individual de isolamento. Mais precisamente, seriam “os únicos espaços que permitem um acesso, embora distorcido, ao comum.”

2) Mas, hoje, como funcionam as empresas reais? Ultrapassada por uma nova economia do tempo (que abole a fronteira entre tempo de vida e tempo de trabalho) e do espaço (com a implicação da metrópole e dos territórios na produção), pelo confundir-se entre lucro e renda, bem como pela proliferação

de lutas simultâneo ao esgotamento político do nexo fábrica-sociedade; diante de tudo isso, a empresa parece dissolver-se como principal fonte produtiva do valor ou como lugar onde se dá o conflito. Isto, todavia, não significa ceder a um pensamento da indiferenciação. A “fábrica metropolitana” do capitalismo financeirizado, cognitivo e globalizado precisa antes de tudo ser pesquisada em sua materialidade. Não se pode imaginá-la como uma superfície lisa, sem qualquer atrito ou rugosidade, sem atores sociais que estejam em condição de desfavorecimento, sem que sucedam processos de captura da cooperação social, operados pelos canais financeiros, pelas *brands* e pelas redes comerciais. Esses conglomerados devem ser pesquisados caso a caso, e interrogados no âmbito da identificação dos pontos de crise e de ruptura. É nesse nível de indagação e análise que se pode firmar a perspectiva da greve precária.

Atenção: não se trata de restaurar a hierarquia conceitual entre fábrica e sociedade, retornando a limites que já foram extravazados e desestruturados pelas lutas operárias e proletárias dos anos 60 e 70. Nesse ciclo de lutas, emergiu uma nova composição de classe, que passou a assumir a heterogeneidade e as diferenças como traço constituinte e irredutível. Mas, no momento em que, para responder a essas lutas, a sociedade foi convertida em uma matriz de empresas, é nessa realidade mesma que se redesenham os espaços, - flexíveis ou transitórios, - da produção e da captura do valor, em seus diferentes graus de intensidade. Não se trata da centralidade de uma mitológica “economia real”. Ao contrário, através dos fluxos pervasivos da financeirização real, a empresa passa a funcionar como um reservatório para a condensação e extração do valor. Aí se pode inverter a relação, num potencial ponto de aplicação de força, com vistas a revolucionar o processo de valorização. Além das contradições e ambiguidades - que, a seu passo, reclamam um outro terreno para o aprofundamento; - nos parece que as lutas recentes demonstram, pelo menos, o caráter nevrálgico de determinados gânglios produtivos, onde - aqui é o caso, por exemplo, da logística - se combinam conhecimentos complexos, organizações flexíveis, uma exploração ergonômica e mental.

Portanto, por mais potentes que sejam os dispositivos de assujeitamento (o endividamento individual e coletivo, a deslocalização, a chantagem da precariedade e da ausência de renda, a ameaça de demissão) e os dispositivos patológicos interiorizados no trabalho vivo, conseguimos tornar visíveis projetos de apropriação do *comum*, que não afrontam o esquema dessas novas formas de extração do valor. Esclarecemos: à medida que a produção devém comum, o empreendedor schumpeteriano morre: agora, o capital

deve capturar a jusante o que cada vez menos consegue organizar a montante. E é aqui, do ponto de vista de uma autonomização tendencial da cooperação social, que se apreendem as mutações reativas da forma-empresa. No seu significado mais amplo, ela se torna máquina organizada para a captura de valorização social, para a governança da economia da educação e das redes, que remunera os capturadores de modo direto (salário adequado, gratificação, opção por ações, bônus) e indireto (prestígio, status, e mais nesse sentido). Sem romper essa máquina, as instâncias de libertação, êxodo e comunalização se arriscam continuamente a ser reabsorvidas pelo próprio esquema de captura. A ruptura da máquina de captura é a passagem fundamental, embora não seja suficiente por si só, para a reapropriação do comum e, em consequência, a criação de uma nova institucionalidade, de instituições do comum.

3) Essa tendência deve ser situada na materialidade dos processos determinados pela crise. Eles nos obrigam, novamente, a focar a trama de acumulação financeira, cognitiva e industrial, como modos peculiares de extração do mais-valor e da exploração. Seja para neles compreender a atual configuração produtiva, seja para apreender-lhes as sucessivas mutações. Sobretudo, para individuar na reestruturação do capitalismo os terrenos possíveis de contestação e contrassubjetivação, e fazer explodir os antagonismos.

Um primeiro campo de pesquisa a interrogar diz respeito à produção dos serviços coletivos e de *welfare* [NT. seguridade social, bem-estar social]. Não somente porque têm sido objeto de cortes, mas também em virtude dos processos de privatização realizados e pretendidos. Configuram-se como importantes terrenos de avanço e conquista da parte dos investidores financeiros e industriais. Os setores da educação, da saúde, dos serviços de cuidado pessoal e doméstico estão entre os poucos que, também na crise, nos EUA e na Europa, têm crescido em número de empregados. Junto aos serviços públicos locais, tudo isso tem sido objeto de crescentes interesses e planos de investimento.

Quais serão as respostas dos trabalhadores, uma vez confrontados com a previsível reestruturação do capitalismo? Será a proteção dos direitos e prerrogativas sociais e de utilidade pública (aquelas que a publicística neoliberal chama impudentemente de “privilégios”)? Ou, nessa passagem, à frente das formas de resistência e conflito (sobre as quais podemos apostar), se abre um espaço para experimentar uma alternativa da produção do comum? Apostar, então, sobre uma aliança entre trabalhadores e usuários dos serviços que dê resposta aos fatídicos quesitos de *o que, como e para quem* produzir?

Pesquisar essas transformações dos serviços de *welfare* e coletivos nos ajuda também a esclarecer o problema da relação entre privado, público e comum. Deste ângulo, se pode facilmente ver como o “público” não só é, hoje, um lugar de poderes constituídos com aversão a qualquer abertura ao comum, mas já está, na realidade, inteiramente privatizado por dentro. Tínhamos ressaltado, a propósito da escola e da universidade, - numa crítica de dentro dos movimentos - quanto às posições voltadas à preservação do *status quo* (o que, de toda sorte, dificilmente sucederá). O modelo anglo-saxão de *corporate university* nos mostra como o processo de privatização do sistema de educação se coloca além do estatuto jurídico, e acaba por esmaecer a distinção entre público e privado, forjando um novo paradigma para a organização do trabalho e da captura. Pense-se, ainda, para citar um outro serviço de *welfare*, na saúde. Os hospitais são obrigados a reorganizar-se segundo o cálculo custo-benefício, a racionalidade gestora e a competição de mercado. Enquanto isso, muitas atividades sócio-assistenciais encontram-se externalizadas (a considerada esfera “privada social”), ou seja, diluídas diretamente sobre as famílias e indivíduos, que, nessas esferas, precisam aceitar a sua suposta responsabilidade sem nada receber em troca. O que é o público hoje senão esse *new public management*, isto é, os poderes constituídos do estado e mercado? Poderemos, então, dizer que, na dissolução da dialética entre público e privado, a alternativa não se apresenta entre o comum e o público, mas entre o comum e o privado, sendo o público uma variação interna ao último. **Conseqüentemente, a questão que as lutas põem pode ser lida nos termos do conceito *detransição*, à condição de subtrair esse conceito da política de dois tempos em que geralmente é entendido [NT. A situação revolucionária, a situação pós-revolucionária], para repensá-la completa e imediatamente a partir da potência constituinte dos movimentos e do trabalho vivo contemporâneo, aqui e agora.**

4) Neste cenário, devemos nos interrogar não somente como o comum é produzido e capturado, mas também sobre o que tem impedido a sua organização coletiva. Devemos, assim, colocar no centro da pesquisa os processos de subjetivação. O que significa, desta perspectiva, sustentar que a empresa é, atualmente, a organização das capturas e dos capturadores do comum? Existem, antes de tudo, dispositivos de diferenciação da modalidade de inclusão no mercado e dos esquemas redistributivos, que operam sobre uma base discriminatória etária, racial e de gênero. Em segundo lugar, há modelos distintos das empresas de captura, estruturados pela necessidade simultânea de estimular e segmentar a cooperação social. Por isso, das empresas antropogenéticas (de produção do homem pelo homem) às instituições bancárias e financeiras, passando pela web 2.0, o comum é o recurso

profundo e a ameaça mortal do capitalismo contemporâneo. Ao fragmentá-lo, sem cortar o ramo sobre o qual se assenta, as empresas se tornam formas de organização das patologias do trabalho cognitivo. Parece-nos útil ler nesses termos os tópicos tradicionais da ideologia, do profissionalismo e da meritocracia, enquanto economias discursivas que se baseiam sobre a materialidade do real para mistificar a luta de classe, causando efeitos patogênicos. Isso não é mera metáfora: as formas cada vez mais difusas de depressão ou ciclotimia representam menos a reprodução ou o retorno de modelos tayloristas, do que o sofrimento específico e historicamente próprio ao trabalho cognitivo, marcado pela obsessão de desempenho, de competição, de subordinação ou cumplicidade com os aparelhos de captura. Aqui, se abre um novo campo de pesquisa e um extraordinário desafio à medicina do trabalho. Não pode ser excluída, nesta reflexão, a tensão entre a privatização do social, em termos semelhantes ao biopoder neoliberal: o capital humano, o recurso humano, o *empowerment*, o risco etc. Esse regime semântico aparentemente neutro faz da racionalidade da empresa algo que excede o seu campo e se impõe como um todo como um modelo cognitivo e regime de verdade para a sociedade.

Afinal, o bloco do comum está consignado ao que podemos chamar mecanismos de prescrição da subjetividade. Na máquina de captura, a ética do trabalho - progressivamente consumada nas lutas e nos processos de precarização - torna-se uma ética da responsabilidade social. Nas empresas de welfare, isto é imediatamente palpável: como fazem uma acompanhante, uma enfermeira ou um trabalhador de uma cooperativa comunitária para entrar em greve? Devem recusar suas próprias funções e sabotar a máquina, e serem estigmatizados pelo público? Ou, ainda, como evitar a auto-censura, pela sua própria interioridade individual? Essa responsabilização social é estendida até se tornar um mecanismo de chantagem generalizada: vemos isso nas mobilizações dos pesquisadores, preocupados em não prejudicar seu trabalho, ou dos precários, sobrecarregados com a responsabilidade de serem empreendedores de si mesmos, de sua própria condição precária, além de produtores de serviços para outros. Esclarecemos: é evidente que a recusa específica do trabalho do operário-massa não é repetível diante das transformações produtivas das últimas décadas, com a explosão da forma-salário e a desmedida da exploração e das lutas. No entanto, no momento em que a composição inteira do trabalho vivo é socialmente explorada, a questão passa a ser: quais formas de recusa historicamente determinadas podem hoje ser praticadas, sobretudo enquanto recusa da organização da captura e da socialização da “responsabilidade”, ou melhor, do “interesse geral” do capitalismo em crise.

Vale ressaltar: a ruptura da estrutura de captação do valor significa criar novas instituições de cooperação social, instituições do comum. Romper os dispositivos de endividamento significa, por exemplo, reapropriar-se da renda social, interrogar sobre que coisa quer dizer construir os soviets no sistema bancário e contra as empresas financeiras.

5) O problema, agora, não é restaurar, mas, na realidade, levar até as últimas consequências a dissolução do pacto de fidelidade entre o capital e o trabalho. Enquanto os sindicatos não perceberem isso, estarão condenados a continuar — consciente ou passivamente — subordinados às iniciativas das empresas, ou seja, presos a uma resistência acessória ou setorial, de pequeno fôlego. Os acontecimentos do último ano e meio nos parecem significativos. Como romper, então, os dispositivos de inclusão diferenciada, patologização e chantagem do trabalho vivo contemporâneo? Como praticar formas de greve metropolitana e não exclusivamente corporativas, capazes assim de agir para desatar a trama de empresas e produção biopolítica? Como pensar, por exemplo, numa greve dos transportes em que os trens e ônibus venham a funcionar gratuitamente e para todos, numa greve em que os hospitais cessem de exigir o pagamento ou o plano de saúde, em que a educação seja arrancada da gestão pública e repensada no interior mesmo da da cooperação dos saberes vivos? Não é a isto que as hipóteses da greve precária aludem? Foram importantes as antecipações que vínhamos cultivando desde a metade dos anos noventa, que, hoje, estão sendo reaprendidas e desenvolvidas na construção de instituições do comum. Isto pode vir a culminar, mediante a apropriação das válvulas e reservatórios de condensação do valor, num aspecto constituinte que os movimentos dos “indignados”, “occupy” e No Tav delineiam.

Noutras palavras, a questão não é uma aliança entre diferentes movimentos ou entre grupamentos sociais, o que pressuporia um mecanismo de representação definitivamente esgotado. Trata-se, em vez disso, de construir uma política da subjetivação que se determine na tensão entre produção do comum e captura empreendedora. Para evitar equívocos, reafirmamos que não estamos, de fato, sustentando uma mitológica centralidade da empresa para a luta de classe em nossos dias. Trata-se, na verdade, da multiplicação das fábricas de subjetividade, de individuar os campos de sedimentação e acúmulo de autonomia, os seus traços de generalização, os elementos paradigmáticos ou peculiares, a respeito da composição do trabalho vivo, os pontos em que são prejudicados os padrões. De resto, pesquisa para nós não significa fazer “sociologia do capital”: outros o fazem provavelmente melhor, certamente para o inimigo. Se nos interessa raciocinar em empresas, formas de subjetivação e de captura da cooperação

social, é porque retemos que também neste espaço vive a possibilidade de uma subjetivação autônoma, que contém in nuce potencialidade de de-empresariar, por assim dizer, a cooperação social. Fazer pesquisa significa então por-se na condição de habitar campos de conflitos possíveis, se se quer — esta a aposta — organizar o discurso do conflito, fazer saltar as tampas que contêm a emergência da composição política do trabalho vivo, abrindo espaços constituintes. Significa, assim, liberar as forças subjetivas e políticas autônomas, hoje bloqueadas pelos cercamentos da representação, interna e externa aos movimentos. É, além disso, através de uma pesquisa e de um trabalho de organização que se pode pensar em unificar as lutas dos pobres e dos grupos empobrecidos da classe operária, e da dita classe média. É aí, nas lutas, que a pesquisa devém “co-pesquisa”, Ou seja, dispositivo de luta que unifica o que resta da classe operária e de outros extratos depauperados da sociedade. É, sobretudo, nas estruturas, nos espaços e sobre o território do welfare metropolitano que isso se torna possível.

Muitas das derrotas recentes derivam, em toda a Europa, da ruptura dessa relação entre os pobres e a classe trabalhadora. Eis porque co-pesquisa é a prática militante e revolucionária do que temos chamado uma política da composição. Isto significa, também, habitar o que Romano Alquati chamava o “meio alcance”, quer dizer, os tempos, os espaços e os níveis onde a aposta teórica se faz discurso político.

■..... **Coletivo Universidade Nômade da Itália** A Universidade Nômade é uma rede transnacional composta de militantes, intelectuais, artistas, grupos de pesquisa, coletivos, ativistas movimentos populares, blogues e pontos, em geral dispersos em redes sociais, produtivas e colaborativas.